

VOCÊ SABIA QUE 10% DAS PESSOAS QUE PARTICIPAM DO **BOLSA FAMÍLIA** APOSTAM EM BETS?



EXTENSÃO EM DIREITO CIVIL E
PROCESSUAL CIVIL II - T02 (2025.2)

VOCÊ SABIA QUE 10% DAS PESSOAS QUE PARTICIPAM DO BOLSA FAMÍLIA APOSTAM EM BETS?

Rodrigo Octavio Pinto Borges – Organizador

Autores:

**Adrielly Rodrigues,
Ana Carolina da Silva Teixeira,
Ana Clara Jeremias de Medeiros,
Andrew Henrique Vicente Rodrigues,
Bernardo Toledo Figueira,
Eduardo de Oliveira Silva Conceição,
Fernando Gomes Pezarine Barbosa,
Guilherme de Medeiros Ennes,
Inaja de Moura Placido de Oliveira,
Isabelle Kristine dos Santos Barbosa,
Isaias Conegundes Seabra,
Larissa Pasche de Souza Liborio,
Leonardo Rocha Diniz,
Lucas Dantas Almeida,
Lucas Paulo Tavares Rodrigues de Oliveira
Marcos Vinicius dos Santos Portella,**

**Maria Eduarda de Oliveira Teixeira,
Maria Eduarda de Souza do Nascimento Pires,
Maria Eduarda Piccoli de Souza Gomes,
Mario Batista Xavier,
Matheus de Freitas Augusto,
Melquisedeque Lima de Farias,
Renata Baptista Seabra,
Rosa Queiroz dos Santos,
Sarah Santos Nicolau,
Thiago Ferreira da Rocha Junior,
Thyago Gomes Lima de Souza,
Vitoria Veloso Cicero da Silva,
Wanderson Cesar dos Santos**

ISBN nº 978-65-02-02842-1



RODRIGO OCTAVIO PINTO BORGES

Professor Doutor

ENTENDA A NOVA LEI DAS BETS!

O QUE É A LEI 14.790/2023?

A Lei nº 14.790/2023 regulamenta as apostas de quota fixa no Brasil - as famosas 'bets' - trazendo mais segurança, transparência e regras claras para quem aposta e para as empresas que oferecem o serviço. Ela define como as apostas podem funcionar, quem pode apostar, quem pode operar e como o governo vai fiscalizar o setor.

O QUE É UMA APOSTA DE QUOTA FIXA?

É um tipo de aposta em que o jogador sabe antes quanto pode ganhar. As chamadas 'odds' (cotas) indicam o valor potencial do prêmio.



Exemplo: se o time A paga R\$2,0 e voce aposta R\$ 10, pode ganhar R\$ 20 se acertar o resultado.

ENTENDA A NOVA LEI DAS BETS!

O QUE MUDA COM A NOVA LEI?

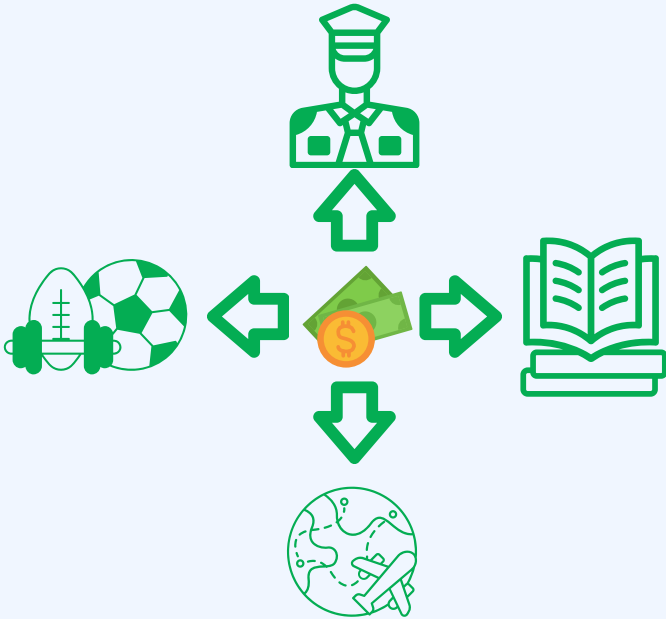
Agora, as apostas são legais no Brasil, desde que operadas por empresas com autorização do Governo Federal. Essas autorizações e fiscalizações serão feitas pelo Ministério da Fazenda, por meio da Secretaria de Prêmios e Apostas, que vai supervisionar as plataformas e garantir que cumpram todas as regras.

As casas de apostas precisam operar com transparência, proteger os dados dos apostadores, evitar fraudes e manipulação de resultados e garantir o pagamento correto dos prêmios.

PROTEÇÃO AO APOSTADOR

A lei estabelece que o apostador tem direito a um ambiente seguro e confiável. As empresas devem divulgar as regras e probabilidades de forma clara, proteger dados pessoais e financeiros e impedir o cadastro de menores de 18 anos. [Menores de idade não podem apostar.](#)

ENTENDA A NOVA LEI DAS BETS!



IMPOSTOS E RETORNO SOCIAL

A nova lei cria um sistema de tributação: os apostadores pagam 15% de imposto sobre o prêmio líquido; as empresas também pagam tributos sobre a receita obtida. Parte da arrecadação será destinada à Educação, Esporte, Turismo e Segurança Pública.

PUBLICIDADE RESPONSÁVEL

A publicidade de apostas deve seguir regras éticas: incluir mensagens de jogo responsável; **deixar claro que há risco de perda**; proibir incentivo a menores ou pessoas vulneráveis.

VOCÊ SABIA QUE AS "BETS" CARACTERIZAM RELAÇÃO DE CONSUMO?

O QUE É A RELAÇÃO DE CONSUMO?

A relação de consumo é o vínculo jurídico que surge entre o consumidor, que utiliza um produto ou serviço como destinatário final, e o fornecedor, que o oferece de forma profissional no mercado. Ela tem como fonte o Código de Defesa do Consumidor (CDC) - Lei nº 8.078/1990, que define esses sujeitos, estabelece seus direitos e deveres e protege o consumidor diante da sua vulnerabilidade frente ao fornecedor.

COMO SE APLICA NAS BETS?

As empresas de apostas por quota fixa, as famosas "bets", prestam serviços aos usuários, porque oferecem uma plataforma digital que permite realizar apostas mediante pagamento. Por isso, a relação entre a plataforma (fornecedor) e o apostador (consumidor final) caracteriza uma relação de consumo, conforme os arts. 2º e 3º do CDC. Além disso, a Lei nº 14.790/2023 reforça expressamente que os apostadores são titulares dos direitos previstos no CDC.

Quando um usuário entra em uma plataforma de apostas, deposita R\$ 50 e faz um palpite em um jogo, ele está pagando pelo serviço de permitir a aposta. Mesmo que perca o valor apostado, o serviço foi prestado: a plataforma ofereceu o sistema, as odds, o processamento do palpite e a possibilidade de participar do evento.

Assim, a empresa atua como fornecedora de serviço, e o usuário, que utiliza a plataforma como destinatário final, consumidor.

PERCEPÇÃO DAS PESSOAS SOBRE AS APOSTAS POR QUOTA FIXA

QUANDO ENTRETENIMENTO É CONFUNDIDO COM INVESTIMENTO

Muitas pessoas ainda têm uma percepção distorcida sobre as apostas por quota fixa. Segundo o professor do Departamento de Sociologia e Metodologia e Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense (UFF), Marcelo Pereira de Mello,

os impactos são mais sentidos nas classes sociais mais baixas: "O tipo de jogo conhecido como bet, acessível por aparelhos celulares, tem seu nicho de exploração entre os mais pobres, pela facilidade de acesso e ausência de empecilhos legais e burocráticos de controle. Esse apostador contumaz, geralmente das classes mais desfavorecidas, tende a encarar a aposta como investimento e acredita que 'investindo' pouco dinheiro pode multiplicá-lo. Quando essa perspectiva ('investimento') associa-se a um comportamento compulsivo, torna-se a fórmula perfeita para o vício e o comprometimento da renda familiar."

Ou seja, grande parte dos apostadores, principalmente os mais vulneráveis financeiramente, enxergam as apostas como uma chance rápida de melhorar a renda, mas a ilusão de ganho acaba empurrando muitos para um ciclo de perdas e novas apostas, **criando dependência e aumentando o risco de superendividamento.**

VOCÊ SABIA QUE AS APOSTAS SÃO REGULADAS PELO MINISTÉRIO DA FAZENDA?

A ATIVIDADE É LEGAL, MAS ENVOLVE RISCOS QUE O CONSUMIDOR PRECISA CONHECER

Sim. Desde a Lei nº 14.790/2023, as apostas de quota fixa são legalizadas e regulamentadas no Brasil. A fiscalização e a autorização das empresas são feitas pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda.

Isso significa que somente empresas autorizadas podem operar, devendo cumprir regras de segurança, transparência e responsabilidade. Mesmo assim, a regulamentação não elimina os riscos associados à prática, especialmente os relacionados ao vício e ao endividamento.

Apesar disso, **o fato de ser legalizada não transforma a aposta em uma prática segura**. Mesmo regulamentadas, as bets continuam sendo jogos de azar, cujo resultado depende de fatores imprevisíveis, e não de habilidade ou estratégia. O caráter aleatório da aposta mantém o risco elevado de perdas sucessivas, incentivando comportamentos como tentativa de recuperar prejuízos e aumento progressivo dos valores apostados.

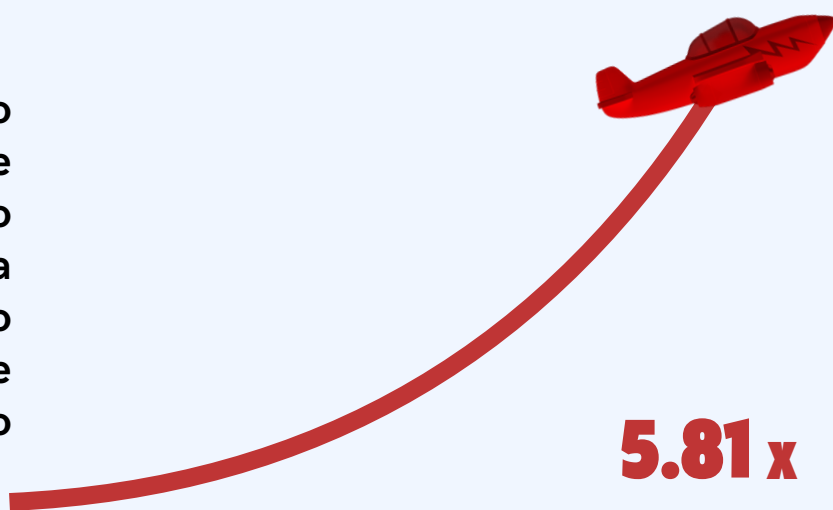
Portanto, mesmo com a legalização e o controle estatal, é fundamental que o consumidor saiba que as apostas continuam oferecendo riscos reais e podem gerar consequências graves na vida financeira, emocional e familiar. A regulamentação existe para reduzir danos, mas não elimina o perigo central da atividade: a incerteza e o potencial de perda que caracterizam todo jogo de azar.

LUDOPATIA: QUANDO APOSTAR VIRA DOENÇA

O VÍCIO EM APOSTAS É RECONHECIDO COMO TRANSTORNO MENTAL GRAVE

A ludopatia é reconhecida pela Organização Mundial da Saúde como um transtorno mental grave, incluído no CID-11 e vinculado aos transtornos de dependência.

O mecanismo do vício funciona como o de drogas ou álcool: ao apostar, o cérebro libera dopamina, gerando sensação de prazer e reforçando a repetição do comportamento.



Com o tempo, a pessoa perde o controle e continua apostando mesmo diante de prejuízos. Entre os sinais estão: necessidade de apostar valores maiores, dificuldade de parar, tentativas de recuperar perdas, uso das apostas para lidar com emoções, conflitos familiares, isolamento e problemas de saúde mental. A compulsão torna-se um fator direto para o endividamento e fragiliza a vida financeira, emocional e social do jogador.

SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR

O QUE É O SUPERENDIVIDAMENTO?

O superendividamento acontece quando a pessoa não consegue pagar todas as suas dívidas sem comprometer gastos essenciais, como comida, moradia e saúde. Isso não é apenas “falta de controle”, mas um problema social que afeta muitas famílias. Pode surgir pelo vício em apostas, mas também por outros fatores como o desemprego, doença, separação, assédio de lojas e bancos ou crédito fácil demais. A Lei 14.181/2021 protege quem passa por isso. Ela busca evitar abusos e ajudar quem perdeu o controle das dívidas a se reorganizar.

POR QUE A LEI 14.181/2021 É IMPORTANTE?

Essa lei mudou o Código de Defesa do Consumidor para criar regras mais justas no mercado de crédito. Ela exige que empresas avaliem melhor a capacidade de pagamento do consumidor antes de oferecer empréstimos. Também proíbe propaganda enganosa e práticas agressivas de venda de crédito. A lei ainda oferece caminhos para renegociar dívidas e recuperar a vida financeira. Tudo isso ajuda a evitar que mais pessoas entrem no superendividamento.

ENTENDENDO O SUPERENDIVIDAMENTO

O QUE SIGNIFICA “MÍNIMO EXISTENCIAL”?

“Mínimo existencial” é o valor necessário para manter uma vida digna. Inclui comida, moradia, transporte, saúde e itens básicos do dia a dia. A lei garante que dívidas não podem consumir esse mínimo. Nenhum acordo ou contrato pode obrigar alguém a escolher entre pagar uma dívida ou se alimentar. A proteção do mínimo existencial é o centro da Lei do Superendividamento.

COMO O SUPERENDIVIDAMENTO AFETA A VIDA DAS PESSOAS?

O superendividamento causa ansiedade, sofrimento e sensação de perda de controle. Muitas pessoas se isolam com vergonha das dívidas. A situação pode afetar a família inteira. Também dificulta o acesso a serviços, crédito e oportunidades. Por isso, a lei busca não só renegociar dívidas, mas também ajudar a recuperar a dignidade e a vida financeira da pessoa.

COMO A LEI 14.181/2021 AJUDA O CONSUMIDOR?

PREVENÇÃO ANTES DA DÍVIDA VIRAR UM PROBLEMA

A lei obriga as empresas a avaliarem se a pessoa pode pagar antes de oferecer crédito. Proíbe publicidade enganosa e ofertas insistentes. Também exige mais clareza nos contratos. Essas medidas evitam que consumidores assumam dívidas que não podem pagar.

TRANSPARÊNCIA NOS CONTRATOS

As empresas devem mostrar, de forma simples e clara, todos os valores envolvidos no crédito. Isso inclui juros, encargos e consequências do atraso. Assim, o consumidor entende o que está contratando. A lei evita surpresas e cobranças escondidas.

REPACTUAÇÃO DE DÍVIDAS: UMA CHANCE REAL DE RECOMEÇAR

O consumidor pode pedir ao Judiciário um processo para renegociar todas as suas dívidas ao mesmo tempo. Todos os credores são chamados para uma audiência de conciliação. O plano de pagamento pode durar até cinco anos. O mínimo existencial deve ser preservado. Se não houver acordo, o juiz pode determinar um plano obrigatório. É uma forma de reorganizar a vida financeira por completo.

COMO A LEI 14.181/2021 AJUDA O CONSUMIDOR?

CONCILIAÇÃO NO PROCON

Além do Judiciário, o PROCON também pode ajudar a renegociar dívidas. Muitas vezes, é mais rápido e menos complicado. É uma oportunidade de resolver o problema sem processo judicial.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA

A lei reconhece que a melhor prevenção é a informação. Por isso, a educação financeira passa a ser parte das políticas públicas. Quanto mais conhecimento, menos chance de cair em armadilhas.

POR QUE ESSA LEI MUDA A VIDA DAS PESSOAS?

A Lei 14.181/2021 é um marco na defesa do consumidor. Ela protege contra abusos, dá ferramentas para reorganizar dívidas e garante a dignidade de quem enfrenta dificuldades financeiras. O superendividamento deixa de ser visto como culpa individual e passa a ser tratado como um problema social. A lei ajuda consumidores a recuperar a autonomia e contribui para um mercado mais justo e responsável.

O CAMINHO PARA ESCOLHAS MAIS SEGURAS

A REGULAMENTAÇÃO EXISTE PARA PROTEGER VOCÊ

A legalização das apostas de quota fixa trouxe mais regras, mais controle e mais responsabilidade para as empresas. **Mas nenhuma lei substitui o cuidado do próprio consumidor.** Saber como as bets funcionam, entender seus riscos e reconhecer os sinais de alerta é fundamental para **evitar problemas financeiros e emocionais.**

As apostas são um jogo de azar, apesar de parecerem uma forma rápida de ganhar dinheiro. Elas não garantem retorno, não são investimento e não devem ocupar o lugar das despesas essenciais da vida. Por isso, informação é a melhor forma de prevenção.

As leis 14.790/2023 e 14.181/2021 atuam juntas para proteger quem aposta e quem enfrenta dívidas. A primeira regula o setor e estabelece limites para as plataformas. A segunda ajuda a evitar abusos, orienta a negociação de dívidas e garante que o mínimo existencial seja preservado. Ambas existem para fortalecer os direitos do consumidor e impedir que pessoas vulneráveis fiquem presas em ciclos de perda, tentativas de recuperação e endividamento crescente.

Com conhecimento, é possível fazer escolhas mais conscientes e seguras. **A informação é o primeiro passo para evitar que o entretenimento se transforme em sofrimento.**



DICAS PARA APOSTAR COM SEGURANÇA

1

VERIFIQUE SE O SITE TEM AUTORIZAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

2

LEIA OS TERMOS E REGRAS ANTES DE APOSTAR

3

NUNCA APOSTE O QUE NÃO PODE PERDER

4

APOSTE POR DIVERSÃO, NÃO POR NECESSIDADE

LEMBRE-SE: APOSTAR É ENTRETENIMENTO, NÃO INVESTIMENTO. JOGUE COM CONSCIÊNCIA